

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Comícios, Passeatas, Quebra-Quebra: um olhar sobre a historiografia dos protestos contra o Eixo no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (décadas de 1990-2010)

Rallies, Demonstrations, "Quebra-Quebra": a look at the historiography of the protests against the Axis in Brazil during World War II (1990s to 2010s)

Geraldo Magella de Menezes Neto*


Secretaria Municipal de Educação de Belém/
Secretaria de Estado de Educação do Pará
Belém, Pará, Brasil.

Recebido em: 31 dez. 2021.

Aprovado em: 01 jun. 2022.



* Professor de História da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) e de História e Estudos Amazônicos da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC). Doutor em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará. (geraldoneto53@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-5097-196X>

 <http://lattes.cnpq.br/7645105260749396>

Resumo

O ano de 2022 simboliza os 80 anos da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 1942, ao lado dos Aliados contra os países do Eixo. Fato marcante deste acontecimento foram os protestos populares ocorridos após os afundamentos de navios brasileiros pelos submarinos do Eixo, no qual a população exigiu uma resposta do governo, mesmo sob a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Os protestos foram realizados em várias cidades do país, desencadeando ações mais violentas como agressões aos imigrantes alemães, italianos e japoneses e seus descendentes, além de saques e depredações aos seus estabelecimentos. Muitos estudos já foram produzidos sobre os significados destes protestos contra o Eixo. Assim, a efeméride dos 80 anos nos motiva a investigar essa produção. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é o de analisar a historiografia dos protestos contra o Eixo no Brasil ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial. Para tal, analisamos vários trabalhos sobre a temática produzidos no período mais recente, entre as décadas de 1990 e 2010, procurando entender suas abordagens dos protestos, as influências teóricas, as fontes utilizadas, e suas interpretações. Compreender as manifestações populares contra o Eixo nos ajuda a observar a guerra e seus efeitos no Brasil a partir do ponto de vista da população, que teve seu cotidiano afetado pelo conflito mundial e também demonstrou o seu posicionamento perante os acontecimentos.

Palavras-chave: Brasil. Historiografia. Protestos. Segunda Guerra Mundial.

Abstract

The year 2022 symbolizes the 80 years of Brazil's entry into World War II (1939-1945) in 1942 alongside the Allies against the Axis countries. Popular protests after the sinking of Brazilian merchant ships by Axis submarines were a striking fact, in which the population demanded a response from the government even under the dictatorship of the "New State" of Getúlio Vargas. The protests were held in several cities of the country and triggered more violent actions such as assaults on German, Italian and Japanese immigrants and their descendants, as well as looting and depredations to their establishments. Many studies have been produced on the meanings of these protests against the Axis. Thus, the ephemeris of the 80 years motivates us to investigate this production. In this way, the objective of this article is to analyze the historiography of the protests against the Axis in Brazil during World War II. We analyzed several papers on the theme produced between the 1990s and 2010, trying to understand their approaches to the protests, the theoretical influences, the sources used and their interpretations. Understanding the popular demonstrations against the Axis helps us to observe the war and its effects in Brazil from the point of view of the population, which had its daily life affected by the world conflict and also demonstrated its position before the events.

Keywords: Brazil. Historiography. Protests. World War II.

Introdução¹

As dificuldades vividas pela sociedade brasileira, a partir de 1942 e até o final do conflito em 1945, foram muitas. No entanto, o conjunto de vivências e experiências sob o estado de guerra não ocupa lugar relevante na cultura histórica do país. (...) Sequer um dos episódios mais dramáticos da história brasileira do século XX recebe alguma menção nos dias atuais: o ataque do submarino alemão U-507 aos cinco navios brasileiros, resultando em 605 mortos, e as manifestações populares de revolta e indignação nas ruas do Rio de Janeiro, nas capitais dos estados e em diversos municípios, exigindo de Vargas a declaração de guerra aos países do Eixo (FERREIRA, 2017b, p. 107-108).

Em artigo publicado no ano de 2017, Jorge Ferreira identificava que o tema da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e suas repercussões nas vivências da sociedade brasileira ocupa pouco espaço na cultura histórica do país. Essa temática pouco aparece nas livrarias, no cinema, na televisão e nos monumentos públicos, sendo o conflito mais lembrado na memória nacional a Guerra do Paraguai (1864-1870). Mesmo fazendo a ressalva de que “embora muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado tenham como tema a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos de batalha na Itália”, Ferreira conclui que “a Segunda Guerra Mundial parece ser evento distante no tempo e no espaço e que pouco afetou o Brasil e o cotidiano dos brasileiros” (*Ibidem*, p. 108).

Apesar de concordarmos com a ideia de que o tema do Brasil e a Segunda Guerra Mundial recebe pouca atenção das grandes mídias e também dos livros didáticos de História, não podemos fazer a mesma afirmação quanto às pesquisas acadêmicas. Entendemos que Ferreira se equivoca ao mencionar apenas o tema da FEB no meio acadêmico, em pesquisas de mestrado e doutorado. Como demonstra Francisco Cesar Alves Ferraz, em artigo que analisou a bibliografia publicada no período entre 1945 e 2015, sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, há um crescimento das pesquisas sobre as relações entre o Brasil e a Segunda Guerra nas últimas décadas, principalmente a que analisa o chamado “*front* interno”, que inclui abordagens sobre a mobilização econômica, a vida cotidiana nas cidades do país, as relações entre a população brasileira e as minorias de “súditos do Eixo”, sendo o tema que reuniu mais publicações entre 2006 e 2015 (FERRAZ, 2016, p. 219).

A partir dessas observações e também aproveitando as efemérides dos 80 anos da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-2022), nosso objetivo neste trabalho é analisar a historiografia mais recente, produzida entre as décadas de 1990 e 2010, sobre os protestos populares contra o Eixo ocorridos em diversas cidades brasileiras no ano de 1942. Como demonstraremos, já existe uma vasta produção sobre essa questão. Dessa forma,

¹ Este artigo foi produzido entre os meses de outubro e dezembro de 2021 no distrito de Mosqueiro-PA, durante o retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da covid-19. Agradeço ao povo de Mosqueiro por me dar tranquilidade em tempos tão difíceis para conseguir estudar e escrever o presente trabalho.

procuramos compreender suas abordagens, as fontes utilizadas, as influências teóricas e eventuais lacunas, apontando também os desafios para os que desejam pesquisar o tema.

Embora não dispusemos do privilégio de apoio financeiro e tempo para fazer um amplo levantamento da área, tal como Ferraz em sua pesquisa, o que nos faz ter certas limitações de acesso a toda a produção disponível no Brasil, acreditamos que o levantamento que realizamos é o suficiente para apontar algumas tendências sobre a discussão. Nosso levantamento da produção sobre o tema se deu em buscas na internet, em sites como o *Google Acadêmico* e páginas dos programas de pós-graduação em História no Brasil,² em seus acervos de teses e dissertações. Entendemos que tais sites nos dão uma amostra relevante da pesquisa acadêmica da temática no Brasil. Além disso, utilizamos obras de nosso acervo pessoal que também tratam sobre o tema. Assim, o artigo será dividido da seguinte forma: em primeiro lugar fazemos uma breve apresentação do contexto histórico do Brasil na Segunda Guerra Mundial e os protestos populares contra o Eixo; em seguida, analisamos os estudos sobre os protestos, não necessariamente de forma cronológica, a partir de algumas temáticas, como “Os objetivos dos protestos e a participação do Partido Comunista e da União Nacional dos Estudantes (UNE): alguns olhares”; “A imprensa e as agressões aos “súditos do Eixo” nos protestos”; “A historiografia e as memórias dos protestos”. Por fim, realizamos um breve balanço sobre a historiografia sobre os protestos contra o Eixo e os desafios para futuras pesquisas.

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: da neutralidade à declaração de guerra ao Eixo (1939-1942)

Em 1º de setembro de 1939 a Alemanha nazista ataca a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial. Este foi o maior conflito da história da humanidade, o que teve maior número de vítimas, estimado em cerca de 60 milhões de mortos. A guerra opôs os chamados Aliados – liderados por Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética –, e o Eixo – liderado por Alemanha, Itália e Japão. Segundo Eric Hobsbawm (1995, p. 146), todo o contexto político da década de 1930 que levou ao conflito mundial deve ser entendido como “uma guerra civil ideológica internacional”, com linhas divisórias traçadas entre os descendentes do Iluminismo do século XVIII e das grandes revoluções, e do outro os seus adversários.

O Brasil vivia então sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas. Mesmo tendo muitas características que o tornava mais próximo dos países totalitários, como a Alemanha e a Itália, do que dos Estados Unidos, o governo brasileiro assume uma postura de neutralidade perante o conflito mundial, que vai perdurar até o ano de 1942. A política externa brasileira ao longo dos anos 1930 é denominada por Gerson Moura de uma política de

² Segundo descreve o site, “O *Google Acadêmico* fornece uma maneira simples de pesquisar amplamente literatura acadêmica. De um só lugar, você pode pesquisar em muitas disciplinas e fontes: artigos, teses, livros, resumos e pareceres judiciais, de editores acadêmicos, sociedades profissionais, repositórios online, universidades e outros sites. O *Google Acadêmico* ajuda você a encontrar trabalhos relevantes em todo o mundo da pesquisa acadêmica”. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/intl/pt-BR/scholar/about.html> Acesso em: 31 dez. 2021.

“equidistância pragmática”, uma disposição permanente para aproveitar as oportunidades criadas pela competição entre a Alemanha e os EUA no sentido de influenciar os rumos do Brasil (MOURA, 1993, p. 179). Moura aponta três fatores que possibilitaram a neutralidade brasileira:

Primeiro, a neutralidade dos EUA, que definiram para si próprios e para todo o continente a disposição de ficar de fora da guerra europeia. Segundo, a convicção das lideranças militares brasileiras de que o país não se encontrava preparado para enfrentar as consequências de uma guerra moderna. Terceiro, a divisão política entre o Estado e a sociedade em relação à melhor aliança externa para o país (*Ibidem*, p. 187).

Getúlio procurou balancear no ministério do governo as posições ideológicas: havia defensores de uma aproximação com a Alemanha, liderados pelo general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército. Por outro lado, Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, liderava os que defendiam uma aproximação com os norte-americanos. A guerra possibilita que o Brasil aumente o seu poder de barganha nas negociações comerciais com os dois lados. Segundo Ricardo Seitenfus, toda a política externa do país se movimentará, até agosto de 1942, tendo como principais objetivos “dotar o país de um equipamento militar moderno e de um complexo siderúrgico” (SEITENFUS, 2003, p. 166).

A situação se transforma com o ataque japonês à base norte-americana de *Pearl Harbor*, em dezembro de 1941, e a entrada dos EUA na guerra. Em janeiro de 1942 ocorre no Rio de Janeiro a III Conferência dos Chanceleres dos países da América, com intensa pressão dos EUA para que os países latino-americanos rompam relações diplomáticas com o Eixo, ativando a cláusula de que se um país da América fosse atacado seria considerado um ataque a todos. Seitenfus observa que a conferência foi um sucesso, pois “a América Latina toma consciência de que seu engajamento ao lado dos Estados Unidos pode significar interessantes contrapartidas. É com esse espírito que o Brasil, ao fim dos trabalhos da conferência, rompe relações com o Eixo” (*Ibidem*, p. 276). Com a ruptura com os países do Eixo, segue-se uma série de acordos de cooperação entre o Brasil e os EUA, divididos em três grupos: acordos estratégicos e militares, a luta contra o Eixo em escala continental e acordos econômicos bilaterais (*Ibidem*, pp. 280-284). Ferraz indica que o fluxo contínuo e exclusivo de matérias-primas estratégicas para os Estados Unidos e a cessão de bases do Norte e Nordeste que envolveram o Brasil definitivamente no conflito (FERRAZ, 2005, p. 20).

A reação do Eixo com o rompimento das relações não tardou. A partir de fevereiro de 1942, uma série de navios brasileiros, tanto navios mercantes quanto de passageiros, são alvos de torpedeamentos dos submarinos alemães e italianos no oceano Atlântico.³

³ Segundo Seitenfus, para coordenar suas atividades no Atlântico, a Alemanha e a Itália criaram, em 1º de setembro de 1940, o Comando Superior da Força Submarina no Atlântico, conhecido como *Betasom*. Baseado em Bordeaux, ele coordena até 8 de setembro de 1943, data da assinatura do armistício italiano, a vigilância de um vasto triângulo atlântico calculado a partir de Lisboa, que se estende às Antilhas e ao litoral brasileiro. A *Betasom* utiliza 32 submarinos, que foram responsáveis pela destruição de vários navios brasileiros (SEITENFUS, 2003, pp. 291-292).

Os afundamentos dos navios e as mortes provocadas pelos submarinos do Eixo causaram grande indignação na sociedade brasileira, que organizou vários protestos de repúdio com comícios e passeatas, o canto do hino nacional e outras músicas patrióticas, além dos manifestantes carregarem cartazes e faixas de apoio ao governo e contrários ao Eixo. Segundo João Falcão, foi em Belém do Pará que se realizaram, no final de fevereiro, os primeiros protestos contra o torpedeamento de dois navios mercantes brasileiros (FALCÃO, 1999, p. 83), seguidos depois por manifestações em várias cidades brasileiras. Em vários desses protestos vão ocorrer agressões e depredações de estabelecimentos de imigrantes dos países do Eixo – alemães, italianos e japoneses – e seus descendentes, conhecidos na imprensa da época como “súditos do Eixo”.

O protesto organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) marcado para o dia 4 de julho no Rio de Janeiro gerou uma grave crise no governo. O chefe de Polícia da capital federal, Filinto Müller, proibiu a realização da manifestação justificando-se pelo respeito à ordem pública. Porém, a simpatia de Müller pela Alemanha nazista também explica a sua decisão. Os organizadores então resolveram procurar o Ministério da Justiça, ocupado pelo substituto Vasco Leitão da Cunha, que autorizou o evento. Após uma discussão entre Müller e Cunha, este dá ordem de prisão ao chefe de Polícia. A manifestação então ocorre e faz a balança do governo pender em favor do grupo de Oswaldo Aranha que tinha mais ligação com os EUA (SEITENFUS, 2003, p. 298).

O mês de agosto de 1942 é o que vai apresentar maior número de ataques aos navios brasileiros e o maior número de vítimas. Tais ataques foram realizados pelo submarino alemão *U-507*, comandado por Harro Schacht,⁴ que afundou nada menos do que cinco navios entre os dias 15 e 17, provocando mais de 600 mortes. Segundo Jorge Ferreira:

As notícias dos torpedeamentos chegaram nas principais capitais do país no dia 18. A crueldade do comandante alemão repercutiu na sociedade brasileira com imenso sentimento de revolta. Não eram ataques a navios mercantes que trafegavam entre países com mercadorias. O que ocorrera foram ataques a navios de passageiros nas costas brasileiras que iam de uma cidade para outra levando passageiros e mercadorias. Nenhuma justificativa havia para os ataques. Homens, mulheres e crianças que viajavam em seu próprio país foram mortos de maneira cruel. No total foram 607 mortos: 270 no *Baependy*, 131 no *Araraquara*, 150 no *Aníbal Benévolo*, 36 no *Itagiba* e, por fim, 20 no *Arará* (FERREIRA, 2017a, pp. 284-285).

Tais ataques geraram intensa comoção. As manifestações populares tomaram conta do país, desencadeando ataques mais violentos aos imigrantes e descendentes dos países do Eixo, pressionando o governo a dar uma resposta. Por fim, em 22 de agosto de 1942, devido aos ataques sofridos, o governo declara o estado de beligerância do Brasil com a Alemanha e a Itália. Concordamos com Ferraz quando afirma que “é mais correto dizer que não foram os brasileiros

⁴ O *U-507* foi enviado para as costas brasileiras, com autorização expressa de Hitler. O Führer estava irritado com o governo Vargas por diversos motivos: o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha; a descoberta da rede de espionagem com a prisão de agentes alemães; os acordos militares com os Estados Unidos e a presença de tropas militares daquele país em território brasileiro. O submarino estava sob o comando do capitão de corveta Harro Schacht, na época com 34 anos. O *U-507* estava equipado com 22 torpedos e sua tripulação era de 47 marinheiros (FERREIRA, 2017a, pp. 278-279).

que foram à guerra, mas sim a guerra que chegou aos brasileiros” (FERRAZ, 2005, p. 9), haja vista que o primeiro ataque partiu do Eixo.

Desse modo, não se pode analisar o processo da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial sem nos referirmos aos protestos contra o Eixo que ocorreram em várias cidades brasileiras no ano de 1942 após os afundamentos dos navios. Nesse sentido, vários estudos vão se voltar especificamente aos protestos, procurando entender suas motivações, o público envolvido, os alvos das manifestações e suas consequências. Tais estudos vão se intensificar a partir da década de 1990. As pesquisas realizadas demonstram a diversidade e o alcance das manifestações populares, analisando protestos ocorridos em várias cidades, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Locais dos protestos contra o Eixo analisados nas pesquisas

| |
|--|
| Belém-PA (MENEZES NETO, 2013) |
| Curitiba-PR (ZUCON, 1997; PEREIRA, 2018) |
| Fortaleza-CE (FREIRE, 2013, 2014) |
| Juiz de Fora-MG (RODRIGUES, 2019) |
| Pelotas-RS (QUINTANA, 2019) |
| Rio de Janeiro-RJ (MÜLLER, 2005, 2007; BRAZ, 2015) |
| Rio Grande-RS (TORRES, 1997) |
| Salvador-BA (FALCÃO, 1999) |
| Santa Maria-RS (DALMOLIN, 2006) |
| São Paulo-SP (CYTRYNOWICZ, 2000) |

Fonte: Levantamento realizado pelo autor na internet e em seu acervo pessoal.

A tabela nos informa a diversidade regional dos trabalhos, indicando que os protestos mereceram a atenção dos pesquisadores de Norte a Sul do Brasil. Essa diversidade reflete também nas diferentes denominações dadas aos protestos contra o Eixo, que ora são descritos como “passeatas”, “comícios”, “quebra-quebra”, dentre outros. Tais termos são resultados das diversas fontes históricas e dos variados aportes teóricos utilizados pelos autores, o que pode conferir aos protestos um tom mais positivo ou negativo dependendo da abordagem realizada, pois enquanto alguns autores enfocam mais na mobilização popular envolvida durante os protestos, outros direcionam sua atenção mais aos atos de depredação ocorridos. Dessa maneira, vamos comentar estes trabalhos a partir de algumas temáticas escolhidas.

Os objetivos dos protestos e a participação do Partido Comunista e da União Nacional dos Estudantes (UNE): alguns olhares

Um dos trabalhos que valorizam a participação popular nos protestos é o de João Falcão (1999), no livro *O Brasil e a segunda guerra mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Trata-se de uma obra de análise do período, mas ao mesmo tempo, um livro de memórias do autor, que na época do conflito era militante do Partido Comunista (PC), então na clandestinidade na cidade de Salvador, e um dos fundadores da revista *Seiva*, que publicou

vários artigos e notícias sobre a guerra. Sobre o livro, Falcão diz que “para escrevê-lo, lancei mão do meu próprio testemunho, uma vez que fui protagonista, na Bahia, dos acontecimentos que integram a sua narrativa” (FALCÃO, 1999, p. 21).

Falcão argumenta que até aquele momento, em 1999, nenhum autor tinha analisado devidamente a correlação das forças políticas existentes na sociedade brasileira durante a guerra, “nem considerou as forças populares como principal personagem desse grandioso momento histórico” (*Idem*). Dessa forma, Falcão busca valorizar o papel do povo brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, considerada por ele como sendo a maior mobilização popular já realizada na história do Brasil:

Neste livro, constata-se o fato insólito de ter sido o Brasil o único membro das Nações Unidas cujo povo exigiu a declaração de guerra ao Eixo e o envio de um corpo expedicionário, por meio de um contínuo movimento de massas que perdurou por mais de dois anos. Nunca, em nossa história, nem mesmo no recente movimento das Diretas Já, foi tão decisiva a participação das massas populares na definição dos destinos do país. O Brasil jamais assistiu um movimento popular daquela envergadura, que reuniu em todo o país centenas de milhares de pessoas (*Idem*).

Essa mobilização, segundo Falcão, não teria sido possível sem a atuação do Partido Comunista. Como membro do Partido, Falcão destaca a importância dos seus militantes, já que o PC foi “o grande responsável pela magnífica obra de engenharia política que construiu a União Nacional em torno do governo de Getúlio Vargas, para a defesa da pátria” (*Ibidem*, pp. 21-22). Assim, a entrada do Brasil na guerra e o envio da FEB para os campos de batalha na Itália só ocorreram, na visão do autor, pela pressão popular.

O livro de João Falcão busca construir uma narrativa dos protestos que tenta desvencilhar o Partido Comunista de eventuais excessos que tenham ocorridos, como as depredações e saques dos estabelecimentos dos chamados “súditos do Eixo”. Abordando os atos de vandalismo ocorridos nos protestos em Salvador, em 19 de agosto de 1942, o autor defende que tais atos eram de responsabilidades de “provocadores” a serviço de outros interesses políticos que tentavam desvirtuar o sentido das manifestações patrióticas:

Os antifascistas e os comunistas tomaram posição imediata contra os atos de vandalismo, e nas praças públicas os oradores a eles vinculados pediam calma e procuravam esclarecer o povo no sentido de que a anarquia e o caos só interessavam aos nossos inimigos e à quinta-coluna. Explicavam que os bens dos súditos do Eixo responderiam pela indenização dos prejuízos causados ao Brasil pela guerra, devendo, portanto, ser preservados. Travou-se uma luta acirrada entre os patriotas esclarecidos e politizados e os patriotas apaixonados e cegos pelo justo ódio, que não queriam explicações. Com estes e com os provocadores ficou, inicialmente, a maioria dos populares, que os acompanhava pelas ruas, praticando violências, mas, aos poucos, os primeiros foram ganhando a confiança da massa e restabeleceu-se a ordem (*Ibidem*, p. 104).

Para Falcão, dentro das manifestações os grupos se dividiam entre os “patriotas esclarecidos e politizados” e os “patriotas apaixonados e cegos pelo justo ódio”. Os comunistas estariam no primeiro grupo, sendo o seu papel durante os protestos o de construir junto com o povo a chamada “consciência de classe”, que serviria num primeiro momento para promover a

união contra as forças do nazi-fascismo. E num segundo momento, pressionar pelo fim da ditadura do Estado Novo no Brasil e pelo retorno da democracia.

A valorização do papel do Partido Comunista nos protestos é reforçada por Leila Nascimento Santos Braz (2015), em sua monografia *Movimentos populares em protestos contra as ações do Eixo no Brasil, no ano de 1942*. Dialogando com o conceito de "multidão", de George Rudé, Braz aponta que a reivindicação de que o Brasil entrasse na guerra não foi necessariamente do povo, mas do PC e dos movimentos estudantis de esquerda que queriam mobilizar as massas.

Embora identifique que a mobilização das multidões era importante tanto para o governo do Estado Novo, que necessitava do apoio das massas para legitimar as ações de um Estado autoritário, quanto para os movimentos de esquerda como o PC, que antes de tudo buscava uma volta à democracia e, estando na ilegalidade, não podia participar do jogo político do país se não fosse por meio de um clamor popular (BRAZ, 2015, p. 45), Braz defende que a declaração de guerra em agosto de 1942 foi uma vitória dos comunistas:

A declaração de guerra foi uma conquista do Partido Comunista, que pode se esgueirar entre as brechas do conflito para articular novamente no jogo político do país. Ocupado com a guerra, o governo poderia fechar os olhos por um tempo para o movimento comunista, deixando o caminho um tanto livre para a ação do Partido. Além disso, o contingente de militares estaria bem reduzido, já que grande parte integrou a FEB, dando margem para movimentos no país sem tanta repressão (*Ibidem*, p. 61).

Apesar de abordar os interesses envolvidos durante os protestos contra o Eixo, entendemos que Braz não trabalha corretamente com o conceito de "multidão" de Rudé, pois o que transparece em seus argumentos é que o povo somente era uma massa de manobra dos comunistas. Mesmo mencionando que a população já tinha seus problemas no cotidiano, a autora se equivoca ao dizer que o povo não desejava de forma concreta a guerra, o que poderia ser visto por grupos populares justamente como uma saída para a solução de suas dificuldades. Outra lacuna é que Braz não problematiza os argumentos de João Falcão, que, como membro do PC construiu uma narrativa dos protestos que valorizava a atuação do partido.

Além do Partido Comunista, outro grupo que ganhou destaque na participação dos protestos contra o Eixo ressaltado na historiografia foi a União Nacional dos Estudantes (UNE), como mostram os trabalhos de Angélica Müller (2007), que aponta que o posicionamento contra o Eixo em plena Segunda Guerra Mundial foi, sem dúvida, o primeiro grande momento protagonizado pela UNE. A participação do movimento estudantil nas passeatas contribuiu, segundo a autora, para levar a opinião pública a tomar uma posição de repúdio ao Eixo (MÜLLER, 2007, p. 18).

Utilizando-se de entrevistas e memórias de ex-dirigentes da UNE, Müller destaca que a instituição assumiu um outro patamar e prestígio após o sucesso das manifestações de rua, passando a ser reconhecida como uma "porta-voz" da sociedade:

O que vale observar a partir daí é que as reivindicações dos estudantes, restritas anteriormente ao círculo universitário, ganharam dimensão e adesão do povo, que também saiu às ruas para lutar pelo posicionamento do país contra os países do

Eixo. O movimento estudantil organizado saía das arcadas para, pela primeira vez, ganhar peso e respaldo da sociedade brasileira (*Ibidem*, p. 5).

O prestígio da UNE se mostrou também no episódio do fechamento pelo governo do Clube Germânia, de propriedade de alemães, localizado no Rio de Janeiro. Tal imóvel passou a ser a sede da UNE, o que evidenciou sua força política no contexto do Estado Novo. Esse patamar adquirido se consolidou depois com as campanhas a favor da deposição de Vargas e seu regime, quando da supremacia dos estudantes de Direito da USP no movimento (*Ibidem*, p. 7).

Os protestos ocorridos em Belém do Pará são analisados por Geraldo Magella de Menezes Neto (2013) no artigo "A ressurreição da alma cabana": as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda Guerra. Embora reconheça a participação e os interesses de estudantes e comunistas nos protestos, o autor opta por um caminho diferente do adotado por Falcão, Braz e Müller. Utilizando o aporte teórico de Eric Hobsbawm e George Rudé, sobre a "multidão" e os "rebeldes primitivos", Menezes Neto ressalta que aqueles que iam às passeatas exigiam a declaração de guerra pelo governo brasileiro aos países do Eixo como forma de resolver os problemas enfrentados pela população em seu cotidiano durante a Segunda Guerra Mundial:

Apesar das passeatas exigirem uma resposta do Brasil aos afundamentos dos navios mercantes, e terem como alvo os "súditos do Eixo" que viviam em Belém, interpretamos que o principal objetivo dos protestos era "chamar a atenção" do governante, no caso, o presidente Getúlio Vargas, para que ele tomasse providências no sentido de melhorar a situação enfrentada pela população naquele contexto. Para entendermos a questão do "chamar a atenção" das passeatas pretende-se ir além da simples ideia de que elas aconteceram somente pelos afundamentos dos navios mercantes brasileiros pelo Eixo. Torna-se importante entender o contexto do período e todas as dificuldades que a população passava (MENEZES NETO, 2013, p. 34).

Dentre as dificuldades que a população de Belém passava no período, o autor cita o problema no abastecimento e o aumento no preço de alimentos, problemas no fornecimento de energia elétrica e nos transportes de bondes, o treinamento de defesa passiva antiaérea, afirmando que "tudo isso afetava a população de Belém que, mesmo não fazendo parte do conflito mundial, sentia os efeitos como se já estivesse em guerra" (*Ibidem*, p. 37).

Nesse contexto, a culpa pelas privações causadas pela guerra não foi direcionada ao governo, mas aos países do Eixo e o conflito mundial, algo estimulado pela propaganda do Estado Novo por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A reivindicação da população, por mais que houvesse o sentimento de vingança pelas mortes dos compatriotas nos afundamentos dos navios, era de que Getúlio Vargas terminasse com as privações com as quais o povo estava passando. Dessa forma, "ao ver as passeatas, Getúlio o 'pai dos pobres', se sensibilizaria com os apelos do povo e atenderia aos seus pedidos, cumprindo o seu dever que era o de realizar a justiça" (*Ibidem*, pp. 38-39). Uma pista para identificar essas reivindicações era o fato dos cartazes mostrados durante os protestos serem de apoio a Getúlio e à unidade nacional, que ao mesmo tempo que reconheciam o chefe da nação, exigiam uma resposta imediata.

A imprensa e as agressões aos "súditos do Eixo" nos protestos

A historiografia dos protestos nos últimos anos cada vez mais direcionou sua atenção aos efeitos causados pelas manifestações aos imigrantes alemães, italianos e japoneses e seus descendentes que residiam no Brasil no período da Segunda Guerra. Tais grupos ficaram conhecidos como "súditos do Eixo", embora a maioria não tenha tido nenhuma ligação direta com as agressões cometidas pelos seus países de origem ao Brasil. No entanto, estes grupos se tornaram alvo dos protestos em várias cidades do Brasil.

Vários trabalhos se preocuparam em analisar como a imprensa contribuiu para construir uma imagem negativa dos "súditos do Eixo", de certa forma estimulando e legitimando as agressões que estes sofreram, principalmente nos protestos de agosto de 1942. Andréa Sanhudo Torres (1997), por exemplo, faz uma análise da cobertura dos protestos de dois jornais da cidade gaúcha de Rio Grande: *O Tempo* e *Rio Grande*. Segundo a autora, as agressões e os atos de depredação ocorridos nos dias 18 e 19 de agosto de 1942 "são apoiados integralmente pelos jornais enquanto natural expansão do patriotismo e indignação contra os ataques orquestrados pelo Eixo". Nesse contexto, os jornais expressavam que a depredação fazia parte "da imposição dos princípios da brasilidade frente à infiltração inimiga" (TORRES, 1997, p. 122).

Em Juiz de Fora, Minas Gerais, a imprensa também teve papel relevante na divulgação das notícias da guerra e dos protestos, como os jornais *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde*. Conforme Luiz Antonio Belletti Rodrigues (2019), as notícias eram organizadas em "ondas", sem muita explicação ou continuidade do conteúdo, mas com assuntos que eram sempre recorrentes, como a política de nacionalização, depois substituída pela luta contra os quinta-coluna, e em seguida, após o afundamento dos navios brasileiros com o processo de justificativa para o estado de guerra. Nesse processo "a cidade de Juiz de Fora, como em todo o país, foi levada pela "onda" de notícias e a hostilidade contra os estrangeiros se espalhou" (RODRIGUES, 2019, p. 14).

Segundo Rodrigues, só é possível entender o discurso de hostilidade da imprensa aos estrangeiros e os atos de agressão e depredação durante os protestos fazendo uma relação com a política do Estado Novo e o controle e censura da imprensa:

Neste "ambiente hostil" os estrangeiros começaram a ser odiados e perseguidos. Eram, por princípio, inimigos da pátria. Seja em Pelotas ou em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, cidade fundada e com maioria de habitantes descendentes de alemães, seja em Juiz de Fora, também de origem alemã, os protestos se sucederam. No Sul, a estátua do fundador perdeu a cabeça, e em Juiz de Fora, a população saiu às ruas protestando e depredando casas de estrangeiros ou os mandando para a prisão. Só é possível entender estes fatos em um regime de exceção e autoritarismo como foi o Estado Novo, com o controle dos meios de comunicação e eficiente sistema de informação (*Idem*).

Os protestos ocorridos na cidade de Curitiba também tiveram ampla cobertura da imprensa e trouxe consequências graves para os imigrantes dos países do Eixo e seus descendentes que viviam na cidade. Otávio Zucon (1997), no artigo *Comunidade Cindida: dissensão e conflito em Curitiba na II Guerra*, aponta que os jornais da cidade *Gazeta do Povo* e o *Diário da Tarde* publicavam notícias sobre a guerra na Europa, mas ao mesmo tempo faziam

inúmeras menções às ações dos “inimigos da nação” no Brasil. O autor indica que nessa cobertura da imprensa, os imigrantes do bloco eixista tornam-se alvos primeiros não só da crítica jornalística, mas da própria população “nacional” (ZUCON, 1997, p. 103).

A partir do uso do conceito de “comunidade” de Natalie Zemon Davis, Zucon explica que os protestos ocorridos em 1942 são uma forma de preservação do “corpo social” que se confunde com a própria nação. Os “eixistas” são colocados como uma iminente e efetiva ameaça à unidade comunitária. As manifestações, na visão do autor, se expressam como um ritual que circunscreve os valores simbólicos da nacionalidade:

O evento, em seu desenrolar, apresenta-se ritualizado: de início, chega à praça pública — onde se concentra a multidão e as autoridades militares, além do Interventor Federal — o fogo simbólico; em seguida, são proferidos diversos discursos, enaltecendo Caxias e a nacionalidade brasileira; os estudantes “percorrem as ruas, carregando dísticos, cartazes e entoando hinos” e, após o comício estudantil, realiza-se uma passeata de estudantes, “traduzindo uma manifestação contra o Eixo”. O processo do “ritual patriótico” figura como demonstração de força e coesão comunitárias, sugerindo a intimidação e o afastamento da comunidade rival. Na maioria dos casos, as manifestações de protesto não terminam em ações violentas (*Ibidem*, p. 111).

Com a continuidade dos afundamentos dos navios brasileiros, as reações populares tenderam a ser mais violentas, tendo como alvos os “súditos do Eixo”. Zucon ressalta que o discurso contra a “quinta-coluna” e os “súditos do Eixo” exacerba-se e, quando uma atitude violenta contra a nação/nacionalidade parecia ter-se efetivado, gerou também uma animosidade, ao abalar a harmonia da comunidade nacional (*Ibidem*, p. 111). Quando acontecem os atos de agressão e depredação, observa-se que a legitimidade das ações da multidão não está ligada à presença das autoridades, mas pela crença de que estivessem agindo em nome do governo e da nação e por mecanismos que compõem o “ritual patriótico”, como os inflamados discursos dos oradores. Zucon conclui que o ritual pode não prescindir da violência ou levar a ela, mas torna-se um mecanismo de afirmação da comunidade frente a seus “opositores” (*Ibidem*, p. 112).

Assim podemos entender melhor o uso da expressão “comunidade cindida” no título do artigo de Zucon. Ao trabalhar com o conceito de “comunidade”, Zucon encontra uma ferramenta teórica que permite compreender o porquê dos atos violentos em alguns dos protestos. Tais atos eram uma resposta a ameaça à comunidade, representada pelos ataques dos submarinos do Eixo. O nacionalismo, amplamente difundido pelo Estado Novo, era um instrumento de união dessa comunidade, por meio de símbolos como a bandeira e o hino nacional. Os estrangeiros que viviam em Curitiba poderiam representar um risco a continuidade dessa “comunidade nacional” presente na cidade, daí serem alvos dos ataques.

Outro trabalho que analisa os protestos em Curitiba é o artigo *Civismo depredatório: populares paranaenses contra alemães durante a Segunda Guerra Mundial*, de Márcio José Pereira (2018). O autor aponta que não se pode afirmar que apenas os ataques aos navios brasileiros causaram a revolta da população, sendo impossível isentar os sentimentos patrióticos exaltados por quatro anos de discurso nacionalista por parte do governo, imprensa e polícia (PEREIRA, 2018, p. 194). Ou seja, desde a decretação do Estado Novo em 1937 e a política de

nacionalização que previa, dentre outras coisas, a permissão apenas de escolas que seguissem o estabelecido pelo governo, algo que afetava as comunidades de imigrantes que ensinavam no seu próprio idioma original, a população paranaense convivía com discursos nacionalistas e de desconfianças em relação aos estrangeiros e seus descendentes.

Nessa perspectiva, Pereira possui uma visão mais crítica dos protestos, argumentando que as manifestações a partir do caso de Curitiba, não eram um "movimento social":

Se um movimento social trata da ação conjunta de homens a partir de uma determinada visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações sociais em dada sociedade, preliminarmente acataríamos a tese de que em Curitiba, na década de 1940, havia a formação de um movimento social. Entretanto, seria demasiado caracterizar essa mobilização como um movimento social específico, porque não tinha qualquer espécie de hierarquia constituída, não possuía um projeto idealizado, bem como não tinha em mente nenhuma grande alteração do quadro social ali existente. Alegar que essas ações populares estavam sendo articuladas por um movimento específico seria precipitado, já que se tratavam de atividades esparsas e sem uma liderança – no caso uma figura messiânica ou um líder revolucionário (PEREIRA, 2018, p. 204).

A abordagem de Pereira, diferente de Falcão e Müller, possui a limitação de não mencionar a participação de atores importantes nos protestos, como estudantes e membros do Partido Comunista, que, na visão daqueles autores, tinham seus próprios objetivos durante as manifestações. No entanto, as agressões e depredações ocorridas em alguns dos protestos, atingindo até mesmo imigrantes que não eram da Alemanha, da Itália e do Japão, agredidos simplesmente por terem um sobrenome estrangeiro, reforça a ideia de Pereira de que os manifestantes não tinham um projeto, agiram nesses casos "instintivamente", tendo "como álibi a crença comunitária, que naquele momento estava incumbida de lutar pela nação brasileira, relativizando – muitas vezes erroneamente – todos os imigrantes como agentes subversivos e 'súditos do Eixo'" (*Ibidem*, p. 197). Daí o termo utilizado no título de seu trabalho, o "civismo depredatório", uma forma de exercer o nacionalismo por meio da violência.

Apesar do tom crítico, e até por vezes negativo da abordagem que faz dos protestos contra o Eixo, Pereira conclui sem entrar no mérito do que é certo ou errado, que "essa população revoltosa agiu em prol do que acreditava ser correto, pautada no discurso oficial que valorizava o nacional frente aos estrangeiros e suas 'políticas subversivas'" (*Ibidem*, p. 206).

As manifestações na cidade gaúcha de Santa Maria foram analisadas por Cátia Regina Calegari Dalmolin (2006) na dissertação *Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942*. Antes de analisar as manifestações em si, a autora faz uma longa abordagem do histórico da cidade, que tinha entre seus moradores vários imigrantes, como os alemães e os italianos, que se dedicavam desde o século XIX às atividades comerciais. Na sua pesquisa, a autora utiliza como fontes as notícias publicadas pelo jornal *A Razão* e entrevistas (DALMOLIN, 2006).

Os protestos na cidade no contexto da Segunda Guerra eram denominados na imprensa local de "comícios de brasilidade" ou "caravanas de brasilidade". Segundo Dalmolin, estes eventos foram promovidos pelo Ateneu Graça Aranha e pela Ala Democrática da Mocidade, contando com irrestrito apoio da classe ferroviária, uma vez que, segundo parece, os dirigentes

destas instituições pertenciam ao PCB, anti-integralistas e antifascistas (DALMOLIN, 2006, p. 158).

Segundo Dalmolin, apesar de a memória popular ter muito forte o episódio dos protestos e das depredações como algo de grande intensidade, na verdade, numericamente, não foi. Os saques e depredações ocorreram sim, mas em números ínfimos (*Ibidem*, p. 153). Em seu levantamento, a autora aponta que cerca de 41 estabelecimentos comerciais foram depredados em Santa Maria, de um universo total de 732 casas comerciais. Desta forma, o número levantado mostra que, apesar dos depoimentos sugerirem uma grande depredação, numericamente ela representou 5,60% das casas comerciais (*Ibidem*, p. 160).

Dalmolin argumenta que as depredações provavelmente tenham sido fomentadas pelo predomínio comercial étnico. Os descendentes de imigrantes alemães e italianos prosperavam economicamente, formando grande parcela do comércio de Santa Maria. Soma-se a isso a questão étnica - italianos e alemães versus "pêlos-duro" (como eram conhecidos os brasileiros), com atos de discriminação de ambas as partes (*Idem*, grifos da autora). Todas essas desavenças reverberaram nos protestos de 1942, tendo como contexto a Segunda Guerra Mundial e os afundamentos de navios brasileiros pelos submarinos do Eixo.

Caroline Bescow Quintana (2019), na dissertação *Hotelaria alemã na década de 1940: o quebra-quebra nos hotéis pelotenses*, analisa como os hotéis de propriedade dos alemães na cidade gaúcha de Pelotas foram alvo dos manifestantes. Dos 24 hotéis em funcionamento na década, nove deles possuíam proprietários alemães ou descendentes de alemães, representando 37,5% da hotelaria pelotense, ressaltando a importância desta etnia para a hotelaria da cidade, a exemplo de: *Hotel América*, o *Hotel do Comércio*, o *Hotel Glória*, o *Hotel F. Treptow*, o *Hotel Krüger*, o *Hotel Ness*, o *Hotel Colonial*, o *Hotel Fiss & Tessmann* e o *Hotel Heling* (QUINTANA, 2019, p. 49).

Quintana narra que houve 48 horas de "quebra-quebra" na cidade de Pelotas em agosto de 1942, no qual ocorreram saques, queimas e invasões aos estabelecimentos comerciais e as residências dos teuto-brasileiros. Assim como Dalmolin, Quintana faz um histórico da imigração alemã para o interior do Rio Grande do Sul e o contexto que os alemães enfrentaram na Segunda Guerra. No entanto, diferente de Dalmolin, Quintana demonstra uma visão bastante crítica dos protestos, assumindo um tom de defesa dos alemães da cidade, utilizando termos como "intolerância" e "agressividade irracional". Para a autora, os protestos podem ser considerados "um ato de intolerância, pois foram atos iniciados a partir do preconceito a uma etnia", sendo "uma atitude de ódio, de agressividade irracional contra o outro, e foi este preconceito a etnia alemã que levou a agressividade irracional contra este grupo" (*Ibidem*, p. 107).

A historiografia e as memórias dos protestos

Alguns trabalhos têm problematizado as memórias dos protestos, seja na narrativa historiográfica, seja nas memórias daqueles que participaram ou vivenciaram aqueles momentos de mobilização popular.

Roney Cytrynowicz (2000), no capítulo "O enigma de Murilo e a agitação nos meses de julho e agosto de 1942" de seu livro *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, faz uma breve abordagem dos impactos dos protestos. A partir da análise de trabalhos de autores como Hélio Silva, Jaime Pinsky, Pedro Calmon, Nelson Werneck Sodré, Bóris Schnaiderman, dentre outros, Cytrynowicz identifica uma versão histórica dominante sobre os dias que antecederam a declaração de guerra do Brasil, versão que sugeriu uma comoção nacional e intensa, além de dirigida ação popular pedindo a guerra. Nessa perspectiva, "historiadores acabaram consagrando a ideia de que, com o afundamento dos navios, a consciência nacional despertou de vez" (CYTRYNOWICZ, 2000, pp. 325-326).

Cytrynowicz aborda os impactos dos protestos citando os casos de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, principalmente nos meses de julho e agosto de 1942. Embora reconhecendo a participação dos estudantes da UNE, além do fato de que em junho de 1942 o Partido Comunista do Brasil passasse a apoiar abertamente a participação militar do país na guerra, apoiando também Getúlio Vargas, o autor destaca que "não se pode esquecer que em agosto de 1942 ainda não estavam articuladas as forças, movimentos ou eventos que significaram uma organização de vários setores exigindo a volta da democracia" (*Ibidem*, p. 330). Assim, Cytrynowicz põe em dúvida o verdadeiro alcance dos protestos populares na entrada do Brasil na guerra, mais ligados à uma construção de uma memória posterior:

A amplificação dos meses de agitação estudantil, em julho e agosto de 1942, no entanto, refere-se também à memória posterior e à evocação de protestos por parte de setores que depois teriam importante presença política no país e cuidariam de manter a memória da oposição ao Estado Novo, mesmo amplificando seu alcance (*Ibidem*, p. 333).

Cytrynowicz não chega à uma conclusão sobre os significados dos protestos, apontando duas formas de interpretação das manifestações: pode ter sido a "irrupção de um sentimento anti-Estado Novo que se combinou com um nacionalismo e algum tipo de reivindicação democrática", ou também o "momento mais ou menos escolhido pelo próprio governo para mobilizar a oposição em torno da agressão ao país, de forma a manter a coesão em torno do regime e neutralizar a oposição que começava a surgir". (*Ibidem*, p. 332).

O texto de Roney Cytrynowicz apresenta alguns equívocos, como não fazer referências aos protestos ocorridos em outras cidades, que também foram igualmente importantes, e considerar apenas os protestos a partir de julho de 1942, sendo que desde fevereiro já vinham ocorrendo manifestações contra os afundamentos dos navios brasileiros. No entanto, seu texto abriu caminhos por questionar algumas ideias consolidadas até então na historiografia, que exaltava os protestos sem problematizá-los, e por abordar a questão das memórias construídas sobre as manifestações contra o Eixo, algo que viria a ser depois explorada por outros autores.

O artigo já citado de Menezes Neto sobre os protestos em Belém, embora não analise especificamente as memórias, traz uma breve passagem sobre as diferentes formas de como as

passeatas são recordadas na memória popular, destacando a visão de dois ex-combatentes paraenses, Raimundo Castro e Antônio Miranda. Os dois são bastante críticos em relação aos protestos, pois dizem que os manifestantes gritavam que queriam a guerra, mas no momento do alistamento para a FEB poucos teriam de fato se voluntariado para lutar. Assim, na visão deles, foram os pracinhas que de fato demonstraram o seu patriotismo e amor pelo Brasil, ao contrário dos que participaram dos protestos (MENEZES NETO, 2013, p. 33). Tal memória dos ex-combatentes sobre os protestos mereceria uma análise mais aprofundada, pois nos oferece outras perspectivas de como as manifestações foram sendo avaliadas ao longo do tempo e as intenções dos variados grupos que participaram dos protestos.

A pesquisa que investe mais claramente na análise das memórias dos protestos contra o Eixo é a de Carlos Renato Araujo Freire, que analisa as memórias dos protestos ocorridos em Fortaleza, Ceará, denominados de “quebra-quebra de 1942”, a partir de autores como Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Michael Pollak, Paul Ricoeur, Joel Candau (FREIRE, 2013; 2014). Dentre os pesquisadores que trabalharam a temática, talvez Freire foi o que teve a sorte grande de se deparar com as fontes mais originais, como as fotografias tiradas por uma testemunha das manifestações. Esta testemunha é Thomaz Pompeu Gomes de Matos, estudante de Direito na época, que guardou as fotografias por um longo tempo até decidir torná-las públicas. Além das memórias de Matos, vamos comentar a análise que Freire faz do livro de Alberto Santiago Galeno.

Freire afirma que apenas a partir da década de 1980 que as memórias do protesto o transformam em acontecimento relevante, já que em torno dos quadragésimos e quinquagésimos aniversários da Segunda Guerra Mundial é que ocorre a erupção da memória das depredações de 1942 como participantes da História (FREIRE, 2014, p. 70). Além dessas efemérides, Freire levanta outras hipóteses para as lembranças dos protestos nesse período, como o contexto do fim da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985):

Primeiro, entre aqueles que viveram os anos 1940 como adultos, mesmo os mais jovens, têm vindo, ao longo dessa década de 1980, já com uma idade para se aposentar da vida ativa, o que os levou a recolher suas memórias individuais. Segundo, vivia-se o fim de outro regime ditatorial, o que levou a uma reavaliação dessa temática. Para entender o regime ditatorial teoricamente recém-acabado, era preciso entender os outros regimes ditatoriais pelos quais a democracia brasileira passou. É nessa época que se começa, no campo universitário, por exemplo, a se refletir mais detidamente sobre a Era Vargas e o Estado Novo. Esses fatores também podem ter agido como um gatilho das memórias individuais para que refletisse sobre a sua experiência passada na década de 1940 (*Ibidem*, p. 71).

Em relação a Gomes de Matos, Freire explica que por conta de eventuais constrangimentos que as fotografias tiradas por ele nos protestos poderiam causar à sua família, preferiu não as divulgar na época. Apenas na década de 1980 que Matos começou a torná-las públicas, seja divulgando em jornais, seja na construção de seu álbum pessoal que foi compartilhado com pesquisadores.

As fotografias de Matos são postas em seu álbum como uma espécie de narrativa sobre aqueles momentos a partir de escolhas para mostrar como se deram os acontecimentos,

relacionando à sua própria trajetória pessoal. Freire analisa o álbum e a entrevista de Matos identificando que eles são marcados “pelos anseios de mocidade militante pró-aliados e acaba tornando-se uma forma de registrar a ampla participação estudantil para além dos muros das próprias instituições escolares”. Mas, por outro lado, observa a tentativa de distanciamento de Matos em relação aos “quebra-quebrantes”. Ele “fotografou, mas não quebrou. O ato de quebrar o colocaria dentro daquela multidão indignada e descontrolada” (FREIRE, 2013, p. 13). Aliada à importância que dá a atuação estudantil, Freire interpreta que a narrativa de Gomes de Matos sobre o “quebra-quebra” de 1942 também pode ser situada mediante a influência preponderante do grupo familiar, pois ele teve antepassados com importante projeção política no Ceará, e tentava se colocar em pé de igualdade com a história dos membros influentes da família. (FREIRE, 2014, pp. 98-99).

Outra memória sobre os protestos de Fortaleza analisada por Freire é a de Alberto Santiago Galeno, ligado ao Partido Comunista e autor de crônicas, poemas e contos, a exemplo do livro *A praça e o povo (homens e acontecimentos que fizeram história na Praça do Ferreira)*, de 1991, no qual aborda sobre o período da Segunda Guerra. Em sua narrativa, Galeno busca enfatizar a participação popular na história de Fortaleza, a exemplo dos protestos de 1942.

No sentido de valorizar o papel do povo, Galeno em sua narrativa também procura desvincular os atos de depredação aos manifestantes, sendo de responsabilidade de uma “turba” que não tinha uma preocupação política, o que se assemelha ao argumento de João Falcão:

Outra questão pertinente é a dos roubos associados ao Quebra-quebra, já que o autor faz questão de negar à sua autoria os “depredadores”, atribuindo aos flagelados e à polícia. O roubo, atitude reprovável moralmente, poderia desvirtuar o caráter político do evento. Nesse mesmo sentido, a própria violência é desvinculada do povo e atribuída genericamente a uma “turba”. Esses dois deslocamentos feitos pelo autor reflete a preocupação de manter o sentido político do evento, pois o Quebra-quebra é antes de tudo uma reação popular aos desmandos dos poderosos (FREIRE, 2014, p. 112).

Freire identifica que a narrativa de Galeno em 1991 sobre o “quebra-quebra” também está atrelada ao contexto do retorno da democracia no Brasil e também do fim dos regimes socialistas no leste europeu. Para Freire, na narrativa de Galeno “fazia-se necessário reafirmar a participação do povo como ator ativo na história, capaz de protestar e tomar rumos próprios, tal como identificar os seus opressores de um passado recente.” O passado era lembrado “almejando um futuro não declarado, mas que tivesse a democracia e a participação política ampla garantida. A escrita da sua metamemória procurava o ‘quebra-quebra’ da continuidade e os desmandos dos ‘governos anti-povo’” (*Ibidem*, p. 113). Freire também analisa um livro produzido pelo Instituto Histórico do Ceará e realiza entrevistas com descendentes de japoneses e italianos que residiam em Fortaleza

As pesquisas de Carlos Freire trazem uma grande contribuição ao analisar os protestos sob a perspectiva das memórias. Freire possui o mérito de contextualizar as narrativas, de acordo com os sujeitos que as produzem e o período em que os protestos são vistos como importantes de serem retomados como um “acontecimento histórico relevante”, principalmente a partir da década de 1980.

Entre avanços e desafios: um breve balanço da historiografia dos protestos contra o Eixo

Após apresentarmos e analisarmos vários trabalhos que se ocuparam em abordar os protestos contra o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial, desde o final da década de 1990 até os anos 2010, cabe fazermos alguns comentários gerais acerca desta produção historiográfica. Em primeiro lugar, é importante destacar a diversidade regional dos trabalhos, que tratam dos protestos ocorridos de Norte a Sul do Brasil, o que demonstra que estes foram um acontecimento nacional. No entanto, cada protesto possui suas particularidades regionais: a forma como a imprensa cobriu os eventos, os grupos que fizeram parte das manifestações, os alvos dos protestos, as ações de violência e depredação.

Em segundo lugar, cabe ressaltar que as pesquisas se valem de uma diversidade de fontes para analisar os protestos. Dentre as fontes privilegiadas destacam-se como a principal os jornais da época, que deram cobertura aos acontecimentos, mesmo que muitas vezes silenciando sobre os atos de violência. As pesquisas mostram que a imprensa utilizava um forte discurso nacionalista, em consonância com o que era propagado pelo regime ditatorial do Estado Novo, como forma de manter a unidade nacional em apoio às ações do presidente Getúlio Vargas. Dessa forma, uma reportagem mais profunda com um tom mais crítico aos protestos, de que a situação fugiu ao controle dos órgãos de segurança poderia demonstrar uma fragilidade do regime, o que fez a imprensa procurar exaltar as manifestações como símbolos do patriotismo da população e de solidariedade às vítimas nos ataques aos navios brasileiros.

Além da imprensa, as pesquisas se utilizam de entrevistas com pessoas que participaram dos protestos ou foram vítimas de violências e depredações. Outras fontes são livros de memórias, registros policiais e fotografias. Toda essa diversidade nos sugere um esforço dos pesquisadores na busca pelos vestígios dos protestos nos arquivos e um rigor metodológico no trato com as fontes, levando em consideração o contexto ditatorial e os discursos nacionalistas da época.

Em terceiro lugar, gostaríamos de destacar a diversidade teórica dos trabalhos. Os protestos recebem várias interpretações em virtude do olhar do historiador e do aporte teórico escolhido. Temos trabalhos que dialogam com autores clássicos da história social inglesa, como George Rudé e Eric Hobsbawm, a autoras como Natalie Zemon Davis, e outros que discutem memória, a partir de autores como Michael Pollak, Pierre Nora, Joel Candau. Tais referências teóricas influenciam nas abordagens dos protestos, vistos como a expressão da "multidão"; como forma de "chamar a atenção" do governante; como uma forma de ação contra aqueles que ameaçam a existência da "comunidade"; ou como lembrança que o torna um "acontecimento relevante" para a História.

Dentre os desafios postos para as futuras pesquisas podemos citar primeiramente uma análise dos participantes dos protestos que vá além dos grupos já conhecidos, como os estudantes, trabalhadores, membros do Partido Comunista, etc. Um recorte de raça e gênero,

por exemplo, seria algo que ampliaria a visão sobre os manifestantes, que possibilitaria um olhar sob a ótica da diversidade, observando como se deu a participação de mulheres e negros.

Outro desafio é a possibilidade de uma análise comparativa transnacional, buscando protestos populares que ocorreram na América Latina e em outros países. Tal pesquisa poderia revisar o argumento de João Falcão de que o Brasil teria sido o único país cujo povo que reivindicou a entrada na Segunda Guerra Mundial. Cabe investigar se em outros países ocorreu algo parecido, se houve manifestações contra o Eixo, e em que elas se assemelham ou se diferenciam dos protestos no Brasil.

As apropriações dos protestos e as disputas de memórias também merecem ser aprofundadas. As possibilidades abertas a partir dos trabalhos de Carlos Freire e, em esfera menor, de Menezes Neto, podem estimular outras pesquisas sob a ótica da memória, já abordando outros casos em que a imprensa ou a população revisita os protestos de 1942 e os remodela de acordo com o contexto histórico em que relembra estes acontecimentos. Pesquisas em outras cidades e em outras fontes podem dar novas perspectivas sobre o tema.

Outras pesquisas futuras poderiam abordar a presença ou o silenciamento dos protestos nas narrativas dos livros didáticos de História sobre o conteúdo relativo à Segunda Guerra Mundial ou sobre o Estado Novo. A Segunda Guerra é um tema obrigatório nos livros, contudo, a participação do Brasil não tem merecido destaque nas obras destinadas ao ensino fundamental e médio nas últimas décadas. Além disso, torna-se importante trabalhos que tragam relatos de experiências de ensino que abordem os protestos a partir do olhar do professor da educação básica.

Considerações finais

Este artigo buscou contribuir para os estudos acerca do tema do Brasil no período da Segunda Guerra Mundial a partir de um olhar sobre o que foi produzido na historiografia sobre os protestos populares contra o Eixo. Tentamos abordar estes trabalhos a partir de algumas temáticas comuns para entender melhor o posicionamento de cada autor e a realidade regional que cada um analisa. Cada trabalho possui uma interpretação dos protestos, o que torna o tema bastante rico e longe de ser esgotado. Assim, mais pesquisas sobre as manifestações no Brasil durante a guerra são necessárias para ampliar nossos conhecimentos. Retomando a citação de Jorge Ferreira com a qual iniciamos este artigo, é curioso notar que enquanto a Segunda Guerra Mundial é um dos temas históricos mais abordados no cinema, em séries de TV e *streaming*, presente em revistas de ampla circulação e até mesmo em jogos eletrônicos, pouco se fala no espaço público sobre a participação do Brasil neste que é o maior conflito da história da humanidade.

Como demonstramos neste artigo, o tema aparece sim no meio acadêmico, com vários trabalhos importantes a partir de variados pontos de vista. No entanto, torna-se necessária uma autocrítica que a universidade e os pesquisadores devem fazer, que é a de que como seus

estudos podem transpor a barreira acadêmica e chegar de forma mais efetiva aos cidadãos. Entendemos que estudar os protestos pode ser uma forma significativa de se compreender a Segunda Guerra Mundial e seus efeitos no Brasil, a partir do vivido pela população, indo além de uma visão da guerra que aborda apenas os grandes líderes políticos e militares ou que glorifica as batalhas. Trata-se de uma forma de valorizar o papel das pessoas comuns, de compreender como tiveram seu cotidiano transformado no período 1939-1945, e de como agiram, mesmo num período ditatorial, para demonstrar como posicionavam perante os acontecimentos do conflito mundial, tão distante nos campos de batalha, mas ao mesmo tempo tão perto, com suas notícias, apreensões e seus efeitos diários.

Referências

BRAZ, Leila Nascimento Santos. *Movimentos populares em protestos contra as ações do Eixo no Brasil, no ano de 1942*. 2015. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial; EDUSP, 2000.

DALMOLIN, Cátia Regina Calegari. *Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

FALCÃO, João. *O Brasil e a segunda guerra mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da UNB, 1999.

FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FERRAZ, Francisco Cesar Alves. Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências. *Esboços*, Florianópolis, v. 22, n. 34, jul. 2016, p. 207-232.

FERREIRA, Jorge. Mortes no mar, dor na terra. Brasileiros atingidos pelo ataque do submarino alemão U-507 (agosto de 1942). *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, Porto Alegre, v. 43, n. 2, maio-ago. 2017a, p. 275-288.

FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o Reich. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, jul./dez. 2017b, p. 89-109.

FEIRE, Carlos Renato Araujo. De algumas lembranças a uma construção da memória do quebra-quebra de 1942. *Anais do X Encontro Regional Sudeste de História Oral. Educação das Sensibilidades: violências, desafios contemporâneos*. Campinas, Universidade Estadual de Campina, dez. 2013. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

FREIRE, Carlos Renato Araujo. *O quebra-quebra de 1942: um dia para lembrar*. 2014. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. A "ressurreição da alma cabana": as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda Guerra. *Em Tempo de Histórias*, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB), Brasília, n. 23, ago.-dez. 2013, p. 22-41.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939- 42. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 177-189.

MÜLLER, Angélica. Estudantes contra o Eixo: as manifestações da UNE e a relação com o Estado Novo. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, ANPUH, 2005.

MÜLLER, Angélica. Alunos fora do Eixo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 2, n. 20, mai. 2007, p. 18-21.

PEREIRA, Márcio José. Civismo depredatório: populares paranaenses contra alemães durante a Segunda Guerra Mundial. *Revista TEL*, Irati, v. 9, n.2, jul. /dez. 2018, p. 188-208.

QUINTANA, Caroline Beskow. *Hotelaria alemã na década de 1940: o quebra-quebra nos hotéis pelotenses*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

RODRIGUES, Luiz Antonio Belletti. Afundamento de navios e os protestos de rua no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial: estrangeiros na mira da imprensa. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*. Recife, ANPUH, 2019.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

TORRES, Andréa Sanhudo. Os acontecimentos de agosto de 1942: a revolta popular na visão da imprensa rio-grandina. *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, Porto Alegre, v. XXIII, n. 1, jun. 1997, p. 115-122.

ZUCON, Otávio. Comunidade Cindida: dissensão e conflito em Curitiba na II Guerra. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 9, 1997, p. 103-114.